

S
UFRJ/IE
1D426

ns 208415

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

*Concorrência, Globalização e Desenvolvimento:
Elementos para Discussão à Luz
da Experiência Brasileira*

nº 426

André Maia Gomes Lages

Textos para Discussão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

*Concorrência, Globalização e Desenvolvimento:
Elementos para Discussão à Luz da Experiência Brasileira*

nº 426

André Maia Gomes Lages

Dezembro de 1998



43 - 016808

Trabalho selecionado para apresentação no III Encontro Nacional de Economia Política.

Diretor Geral: Prof. João Carlos Ferraz
Diretor Adj. de Graduação: Prof. Maria Lúcia T. Werneck Vianna
Diretor Adj. de Pós-graduação: Prof. Francisco Eduardo P. de Souza
Diretor Adj. de Pesquisa: Prof. João Lizardo R. Hermes de Araújo
Diretor Adj. Administrativo: Prof. João Carlos Ferraz
Coordenador de Publicações: Prof. David Kupfer

Projeto gráfico: Ana Lucia Ribeiro

Editoração: Jorge Amaro
Beatriz Abreu

Revisão: Janaina Medeiros

Secretária: Joseane de O. Cunha

Impressão: Paulo Wilson de Novais

UFRJ/CCJE/BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN

adm 910761

DATA: 25/6/99

Ficha catalográfica

REGISTRO N.º

503035-8

no 208415

LAGES, Andre Maia Gomes.

Concorrência, globalização, e desenvolvimento:
elementos para discussão a luz da experiência brasileira. /
Andre Maia Gomes Lages. -- Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1998.

36 p.; 21 cm. (Texto para discussão. UFRJ/IE; n.º. 426)

1. Concorrência. 2. Globalização. I. Título. II. Série.

O Programa Editorial do IE/UFRJ (sucessor dos Programas Editoriais do IEI e da FEA/UFRJ), através das séries "TEXTOS PARA DISCUSSÃO", "TEXTOS DIDÁTICOS" e "DOCUMENTOS", publica artigos, ensaios, material de apoio aos cursos de graduação e pós-graduação e resultados de pesquisas produzidos por seu corpo docente.

Essas publicações, assim como mais informações, encontram-se disponíveis na livraria do Instituto de Economia, Av. Pasteur, 250 sala 4 (1º andar)-Praia Vermelha-CEP: 22290-240/ Cx. Postal 56028-Telefone: 295-1447, ramal 224; Fax 541-8148, A/c Sra. Joseane de O. Cunha.

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. O Fenômeno da globalização	6
3. Concorrência, ambiente competitivo e globalização	10
3.1. A concorrência global	14
3.2. Implicações das novas formas de concorrência e a competitividade sistêmica	16
4. Inserção externa e desenvolvimento: condicionantes	20
4.1. Catching-up e ciclo do produto: uma complementaridade possível?	20
4.2. Competitividade, substituição de importações e inserção externa: a visão de Franco	24
4.3. Breves comentários à análise de Franco	29
5. Conclusão	31
6. Notas	32
7. Bibliografia	34

1. INTRODUÇÃO

A evolução da economia brasileira teve características particulares ao longo das duas últimas décadas. Primeiro, em função da ocorrência do programa de substituição de importações vinculado ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) na segunda metade da década de 70. Segundo, em função das conseqüências dessa opção conjugadas a todos os problemas oriundos dos choques do petróleo de 1973 e 1979, resultando em inflação crônica, crise fiscal e de balanço de pagamentos na década perdida dos anos oitenta. Essa evolução condiciona a forma de pensar o desenvolvimento econômico do país, somadas as novas regras impostas pela globalização.

Na década de 90, passos decisivos são tomados no sentido de responder à tendência mundial de formação de blocos econômicos. A política oficial do governo federal tem entre os seus mais sólidos objetivos a consolidação do Mercosul, que representou de fato uma intensificação do comércio entre seus países membros, como mostra a evidência empírica.

Esse bloco econômico representava, no entanto, apenas 13,2% de participação nas exportações brasileiras em 1995, quando tinha chegado a 13,9% em 1993 (cf. Fundap, 1996). Ainda assim é evidente que o poder de barganha do país nesse e na relação com outros blocos econômicos e países dependem crucialmente da capacidade de ofertar produtos e serviços competitivamente, até pela forma como as relações multilaterais vem se desenvolvendo, em que fatores subjetivos, de ordem política, por exemplo, ganham peso nas negociações.

O objetivo do presente trabalho é analisar, nesse quadro, de que forma essa competitividade passa ao longo do tempo a ser condicionada pelas regras impostas pela globalização e as conseqüências disso sobre o desenvolvimento econômico do Brasil que se retardou nesse processo, conforme é demonstrado. E, ainda, chamar a atenção para divergências entre os que apóiam a necessidade de criação de vantagens comparativas com ênfase para o progresso tecnológico e àqueles que apostam numa proposta mais próxima do padrão neoliberal.

O artigo se divide em cinco partes: a primeira, essa breve introdução; a segunda parte se dedica a explicar o que representa o processo de globalização; já a terceira, discute o significado da concorrência global e a visão sistêmica de competitividade. Após a análise desses elementos referenciais, o artigo se volta para a discussão mais específica de questões ligadas ao desenvolvimento, de modo que a quarta parte é dedicada a uma ampla contextualização da economia brasileira pós-milagre, desprezando-se as preocupações cronológicas e destacando-se questões importantes como *catching-up*, ciclo do produto, substituição de importações, papel das transnacionais no quadro do desenvolvimento brasileiro. Por fim, a quinta e última parte é dedicada às conclusões alcançadas com a realização desse esforço expositivo.

2. O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO

Como bem destaca Possas (1997, p.1904) houve no pós-guerra um avanço substancial nas tecnologias de transporte, comunicações e informação, permitindo maior integração do espaço econômico no âmbito mundial,

assim como um aumento do peso do conhecimento científico e tecnológico como vantagem competitiva. Estes aspectos reforçam a necessidade dos Sistemas Nacionais de Inovação assim garantindo maior grau de competitividade. Além disso, ocorre uma ampliação generalizada do conhecimento codificável, ao passo que o conhecimento tácito passa a ganhar novas formas de manifestação e consolida sua importância estratégica.

Aspectos históricos relevantes, neste período, dão força a esse processo de integração. A maior potência econômica do planeta (Estados Unidos) e países europeus passam a apresentar perda de dinamismo no aumento da produtividade em contraposição a um crescente incremento das exportações asiáticas. Isso leva as principais nações desenvolvidas do mundo a buscarem maior desregulamentação e redução do grau de intervencionismo nos mercados, na década de 60, quando já havia sido formalizado o Tratado de Roma (1958) que deu início a Comunidade Econômica Européia (Baumann, 1996).

A década de 70 assiste ao amadurecimento desse processo, caracterizado pelo crescimento dos fluxos de bens e serviços e do investimento internacional em níveis consistentemente superiores aos níveis de crescimento da produção, crescendo a propensão a exportar e a importar (Franco, 1996).

Na visão de Baumann (op.cit, pp.34-7), do ponto de vista estritamente financeiro, a globalização corresponde a um aumento do volume e da velocidade de circulação desses recursos, com efeito significativo sobre as diversas economias, onde se verificam temores de que essa mobilidade crescente leve a movimentos especulativos em grande escala, como de fato já se verificou recentemente no Sudeste Asiático, levando a significativa desestabilização macroeconômica.

Do ponto de vista comercial, o processo de globalização apresenta uma tendência de que haja uma semelhança crescente das estruturas de demanda e crescente homogeneização das estruturas de oferta, refletindo-se numa maior possibilidade de apropriação de ganhos de escala, uniformização de técnicas produtivas e administrativas e redução do ciclo do produto. Cresce o volume do chamado comércio intra-industrial.

Franco (op.cit. pp.3-4) chama atenção sobre as consequências da crescente importância das transnacionais nas relações de comércio externo: (i) acarretou um intenso crescimento das filiais das empresas transnacionais (ETNs) o que implicou uma profunda mudança organizacional, fugindo do status de federações de filiais para formas de racionalização de atividades em escala global o que gera uma identidade supranacional com implicações abrangentes no que diz respeito ao comércio exterior; (ii) foram criadas novas e variadas formas de ajustamento e racionalização o que inclui *outsourcing*, desintegração vertical e realocação no exterior; (iii) novos e variados estilos de investimento internacional abrangendo vínculos financeiros e, destacadamente, tecnológico.

Mais especificamente, deve ser enfatizado que ocorreu uma multiplicação dos instrumentos que dão facilidade tanto na codificação e armazenagem da informação, como na circulação dessa informação, a nível global. Como é destacado por Possas (1997, op.cit., p.1905), fica a necessidade de se criar vantagem competitiva naquele tipo de conhecimento tácito, não transmissível. Cada firma desenvolve uma "linguagem" própria entre seus funcionários, técnicos, expressas, na maioria das vezes, nas rotinas de trabalho. Esse tipo de linguagem e conhecimento não pode ser difundido facilmente, permitindo uma apropriação dessa vantagem pela firma que o possui.

Ainda na visão particular de Baumann (op.cit.), do ponto de vista institucional, a globalização gera uma aproximação crescente das diversas configurações nacionais e uma convergência dos requisitos de regulação em diversas áreas. Passam a existir uma série de regras e temas comuns para negociação em organismos multilaterais, ao tempo em que outros atores ganham maior poder de influência relativamente às nações. As transnacionais, por exemplo.

Do ponto de vista da política econômica, há uma relativa perda de graus de liberdade para efetivação de políticas macroeconômicas por parte de um número crescente de países em desenvolvimento, como também de países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Um exemplo disso é o efeito que entradas crescentes de recursos externos podem ter sobre determinada política cambial de um país latino-americano, representando verdadeiros choques monetários. Por outro lado, a política salarial para diversos países passa a ter maior importância para a competitividade de seus produtos a nível internacional, apesar desse critério de competitividade ser questionável. Além disso, a formulação de política econômica passa a ter de considerar diversas restrições impostas por acordos internacionais.

Em tempo, apesar de alguma perda de autonomia no estabelecimento das políticas nacionais, conclui-se que a mudança da forma de intervenção do Estado no domínio econômico passando a um papel mais de regulação, não deve ser interpretada como sinal de fraqueza, pois cabe a esse Estado também os papéis de articulador, estruturador e, algumas vezes, gerenciador de processos de reestruturação produtiva e patrimonial (Possas, 1996, pp.95-6).

3. CONCORRÊNCIA, AMBIENTE COMPETITIVO E GLOBALIZAÇÃO¹

A concorrência apresenta vários mecanismos de seleção definidos pelo ambiente onde se encontra de forma que, para cada situação, podem preponderar variáveis distintas. Assim, a vantagem competitiva pode adquirir um peso diferente dependendo do ambiente onde se insere. Ela pode influenciar no ambiente, mas a capacidade dos competidores de alterá-lo não é ilimitada, pois são frutos desse mesmo ambiente.

A concorrência, então, é um processo definido dentro desse 'espaço' pela qual o competidor pode auferir vantagem competitiva, à medida que consiga descobrir uma modificação no seu processo produtivo capaz de reduzir seus custos, por exemplo, ou que consiga melhorar sua imagem numa determinada linha de produtos. O próprio processo concorrencial, à medida que implica em modificações no processo produtivo ou dos próprios produtos, redefine as dimensões de vantagens competitivas relevantes. Isso significa também redefinir a importância de cada um dos concorrentes assim como as estratégias adotadas.

A delimitação do *locus* de concorrência também tem que levar em consideração alguns componentes espaciais que estão ligados a aspectos associados ao transporte do bem. Além disso, as formas de concorrência têm, entre seus determinantes, aspectos institucionais que vão desde especificidades da regulamentação até as próprias diferenciações de preferências dos consumidores, por região ou país, ditadas por aspectos culturais ou climáticos, entre outros. Esses aspectos abrangem variáveis que vão além dos parâmetros competitivos dedutíveis de características físicas e de uso do produto ou processo produtivo.

O espaço relevante para a concorrência é regional, nacional ou mundial? Isso vai depender do tipo de produto ou indústria de que se está tratando. Afinal cada caso define uma situação distinta. Variáveis que são fundamentais em determinado ambiente, podem se tornar irrelevantes em outros. Um exemplo ilustrativo: a fixação pela propanganda de uma marca definida para um espaço nacional, pode ser completamente irrelevante no espaço global.

Dada a necessidade de destacar quais os elementos que influenciam o processo de concorrência e competitividade, propõe-se uma classificação por área de competência. Em primeiro lugar, existem os próprios elementos econômicos da estrutura de mercado, tais como: grau de concentração, características dos insumos disponíveis e dos setores fornecedores, fontes de financiamento e dimensão do mercado.

Um segundo conjunto de elementos que merece destaque diz respeito a aspectos macroeconômicos, como: taxa de câmbio, de juros e balanço de pagamentos. Esse fatores são de significativa importância no caso brasileiro nas décadas de 70 e 80 para diversos setores industriais, conforme será analisado adiante.

O terceiro conjunto de fatores corresponde a aspectos de natureza política, jurídica e institucional que cobrem as leis e normas que regulam a atividade econômica, assim como aos que dizem respeito à execução dessas tarefas, o que inclui impostos, tarifas, legislação ambiental, previdenciária, trabalhista, bancária, de propriedade industrial, de concorrência, de regulação, política de incentivo à regiões específicas e políticas de apoio à inovação.

O quarto conjunto seria definido pelo meio ambiente natural representado por características da fauna, flora,

relevo, pirâmide etária, densidade demográfica, entre outros.

Um quinto conjunto de elementos são aqueles de caráter social como a distribuição de riqueza e da renda, que exercem uma profunda influência na definição da dimensão e características específicas do mercado interno. Nesse conjunto ainda devem ser considerados os níveis educacionais e força sindical. Por fim, aspectos como cultura, língua, costumes, religião, hábitos alimentares, influenciam, inclusive, na definição das preferências dos consumidores. Os ganhos de aprendizagem devem ser considerados, pois são uma variável relevante no processo de inovação e, conseqüentemente, na concorrência.

Percebe-se então que não só elementos econômicos definem o ambiente seletivo, mas também fatores culturais, políticos e institucionais. Do mesmo modo, não se pode considerar esse ambiente definido apenas por elementos exógenos, pois algumas de suas características resultam da evolução anterior do próprio processo concorrencial, tais como: grau de concentração, tamanho do mercado, trajetórias tecnológicas percorridas, padrões de linhas de produtos que passaram a predominar no mercado.

Os próprios agentes executam atividades que objetivam modificar o ambiente, como é o caso da propaganda e do treinamento da mão-de-obra. Da mesma forma, os competidores podem influir em reformas no aparato regulatório ou sobre o direcionamento da política do governo, o que pode ter conseqüências negativas sobre o objetivo de se garantir um ambiente adequado para o processo concorrencial.

Esse conjunto de características determinam as "regras" da seleção, porque condicionam a forma de ação dos competidores na busca pela vantagem competitiva. O

ambiente influencia de diversas formas as decisões dos agentes, sendo um guia para o processo inovativo.

Essa forma de transformação não se verifica apenas a nível tecnológico, mas igualmente em outras dimensões, como na organização interna de uma firma. Assim, o surgimento de estrutura departamental em uma organização e estruturas multidivisonais, em seqüência, foi interpretado por Chandler como resultado do amplo mercado de massa norte-americano (cf. Nelson, 1995, pp.64-65). Já a introdução da filosofia do *just-in-time* em uma empresa justificar-se-ia pela dificuldade de espaço característico do Japão.

Verifica-se, portanto, que o ambiente é um dos determinantes da forma e também do ritmo do processo seletivo. Assim, a presença de concorrentes fortes com estratégias agressivas estabelece a necessidade de uma maior velocidade na renovação das vantagens competitivas, para se preservar dentro do processo de destruição criativa schumpeteriano (cf. Schumpeter, 1961).

Esse cenário surgiu para muitos setores industriais brasileiros na década de 90 com a abertura do país para a esfera da concorrência global, tornando imperativo o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação.

É evidente assim que as características ambientais podem representar em si mesmas vantagens competitivas, de suma importância numa economia globalizada. A consideração da qualidade, disponibilidade e custos de insumos específicos ao setor como os de mão-de-obra e serviços tecnológicos e de outros de caráter mais geral (modos de financiamento disponíveis, tributação, política econômica e tecnológica, taxa de câmbio, taxa de juros e tributação), são parâmetros que afetam a qualidade e custos dos produtores e representam elementos de diferenciação local em relação à capacidade de penetração em

mercados em outros países ou blocos econômicos. Esses aspectos não devem, portanto, ser considerados no âmbito de uma dotação de fatores, estática. Autores, como Tyson e Zysman (apud Possas, 1993, op.cit., p.151), lembram que o conceito de vantagem comparativa deve ser compreendido como o processo cumulativo da capacidade da empresa e opções políticas do governo, e não simplesmente como o efeito de dotações de capital, trabalho e recursos.

Fica claro, então, que, dependendo do ambiente, novas regras são estabelecidas para a concorrência e a falta de ajustamento adequado a essas novas regras, via inovação tecnologia, por exemplo, podem significar a exclusão da firma do processo competitivo, como ensina a teoria neo-schumpeteriana (cf. Possas, 1989).

A entrada de um país, com atraso, nos mares da globalização significa um impacto maior sobre firmas ou setores industriais mais expostos a esse processo. Assim, a forma de realização da abertura comercial pelo Estado impõe cautela para evitar a destruição sumária de setores industriais, como já foi digno de registro em países latino-americanos em período recente, e consequentes mazelas sociais.

3.1. A concorrência global

O que há de novo em todo esse conjunto de informações se a inovação é algo inerente ao sistema econômico capitalista? Acontece, porém, que agora existe uma capacidade muito maior de processar informações e velocidade nos transportes, permitindo esta que uma imensa quantidade de mercadorias se transfira de um continente para outro com eficiência em termos de custos e rapidez.

Dá que a concorrência passou a se dar numa esfera global em diversos setores e essas facilidades levaram a alterações no processo produtivo nos âmbitos agrícola, de serviço e industrial. Neste último caso, fica mais fácil visualizar uma crescente variedade na oferta de produtos.

O conhecimento acumulado e a pesquisa científica passam a operar na forma de barreiras à entrada de novas firmas em determinados mercados globalizados. Pelo caráter estratégico, os governos passam a entrar em parcerias e subsidiar empresas para se desenvolverem nesses setores e isso auxilia uma obsolescência mais rápida das vantagens estabelecidas.

As firmas, para se ajustarem a esse processo de globalização, passam a fazer uso de diferentes estratégias, auxiliadas por tecnologias que permitem ter flexibilidade produtiva com crescente uso de automação e adoção de organização de trabalho e pertinentes a novas formas de gerenciamento da produção, de modo a tornar mais fácil o aproveitamento de economias de escala e de escopo.

Observa-se a formação crescente de *joint-ventures*, redes cooperativas e diversas formas de interação institucional e empresarial, intra e inter firmas, que ajudam no aproveitamento de sinergias técnicas e organizacionais (Possas, 1996, op.cit., p.98). As formas de organização em rede representam uma resposta ao aumento da pressão competitiva oriunda do processo de globalização.

Schumpeter (op.cit.) coloca a empresa como o local privilegiado para criação de recursos e, assim, para a introdução de mudanças. Baseado na abordagem da criação de recursos, por autores evolucionistas, Mazzali & Costa (1997) mostram que as empresas tendem a traba-

lhar nos seus núcleos de competência, como já ensinava Penrose. Ao longo do tempo, vão solidificando um processo de aprendizagem, que possui uma natureza organizacional e uma outra cumulativa. A primeira representa a influência do "contexto" sobre a forma e a natureza em que se dá a articulação das habilidades individuais, ganha especificidade e é difícil de ser operacionalizada em situações distintas. A cumulatividade diz respeito à especialização dos recursos no transcurso do tempo, representando uma certa rigidez nas decisões dos agentes. Esse processo de aprendizagem e também de inovação se desenvolve em organizações, que adquirindo conhecimento e tecnologia passam a ter um caráter substancialmente distinto no mercado. Afinal, são naquela instância que recursos gerais se transformam em recursos específicos. As empresas tendem assim a se especializar em torno de seus núcleos de competência ao longo do tempo, ou seja, as empresas tendem a agrupar os negócios de forma a prevalecer a proximidade das atividades desenvolvidas, à utilização comum de suas bases de conhecimento. Quando acontece a intensificação da concorrência, fica ainda mais claro a incapacidade de um agente individual tratar de um amplo conjunto de opções e de contingências, restringindo seu raio de ação, e obrigando a organização a estabelecer relações de complementaridade com os demais agentes participantes da "rede".

3.2. Implicações das novas formas de concorrência e a competitividade sistêmica

Nas últimas décadas, percebe-se a predominância de um novo paradigma, baseado na microeletrônica e nas

tecnologias de informação, que estaria interagindo e fortalecendo o processo de globalização (Possas, 1995, pp.97-98). Essa interação reforçaria aqueles traços característicos de tal processo, já parcialmente analisado, ou seja: a) concorrência por inovação de produtos e processos, baseado no domínio do padrão tecnológico dominante; b) novas tecnologias mais intensivas em aprendizado e mão-de-obra qualificada, destacando-se o caráter tácito e cumulativo da tecnologia; c) abertura de uma perspectiva de flexibilidade produtiva no uso das novas tecnologias diante das pressões do ambiente seletivo; d) a concorrência é global, definindo estratégias corporativas nos contextos financeiro, tecnológico, produtivo e comercial.

Para garantir os requisitos essenciais para uma inserção adequada do país na economia global, torna-se necessária a existência de determinadas condições, como a efetivação dos fatores sistêmicos de competitividade (Possas, op.cit., pp.98-100), quais sejam:

a) Fatores que favoreçam a criação de uma ambiente competitivo, para tal sendo necessária à criação de mecanismo de pressão competitiva sobre as empresas e mercados, atuando, principalmente, sobre situações onde predominem condições de oligopólios. Os instrumentos adequados a esse contexto são basicamente de cunho regulatório, no que diz respeito à defesa da concorrência, legislação protetora dos direitos do consumidor, mecanismos de defesa da concorrência externa aí estabelecendo um nível adequado de tarifas, ou até mecanismos não-tarifários, das leis *anti-dumping*, legislação de salvaguardas comerciais etc. Esses mecanismos apresentam uma importância crescente em face da progressiva liberação comercial, pelos que vários países tem recorrido a esses instrumentos, algumas vezes com interesses inconfessáveis sobre o real objetivo de impe-

dir alguma importação que venha a prejudicar vantagens comerciais propriamente ditos e não, exatamente, por ferir legislação específica.

b) Um segundo conjunto de fatores sistêmicos está associado a aspectos político-institucionais e se insere na estratégia da política industrial de garantir uma eficiência seletiva, nos moldes definidos pelo advento da globalização. São políticas de corte horizontal de cunho macroeconômico, que objetivam alcançar a própria dimensão sistêmica, complementadas por políticas de fomento e promoção, tais como: incentivos à ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento (P&D), reestruturação tecnológica e produtiva para casos específicos, apoio fiscal e financeiro na formação de parcerias tecnológicas etc.

c) Outro componente sistêmico fundamental é a geração de externalidades oriundas da educação básica e qualificação de recursos humanos, no quadro social; transportes, telecomunicações e energia no contexto de infra-estrutura material e na área de serviços; por fim, mas não menos importante, a infra-estrutura de ciência e tecnologia.

Esta infra-estrutura de base científica e tecnológica (C&T) é o que representa o chamado Sistema Nacional de Inovação, que é estratégico para garantir a competitividade no atual contexto e inclui: o esforço de P&D das empresas, inclusive o cooperativo com instituições e centros de pesquisa², público e privado, assim como a base institucional de C&T e diversas formas de relações interinstitucionais. Na medida em que atividades de investimento em P&D envolvem elevados riscos econômicos, esse aparato infraestrutural permite a diluição desses riscos, visando à obtenção de sinergias resultantes da co-participação de firmas e

instituições nesse esforço conjunto. O governo, além da participação direta em pesquisa, tem papel indispensável através de diversas políticas que dão suporte a atividade inovativa:

- i) fiscal e orçamentária na formação de infra-estrutura;
- ii) de crédito e financiamento a setores com alta densidade de capital, com grande volume de investimento demandado, do qual se espera baixo retorno e, geralmente, dentro de um prazo elástico de tempo;
- iii) compras do governo, o que representa uma demanda fundamental a sobrevivência de diversas atividades nessa área;
- iv) o importante papel de estabelecimento de normas e certificados tecnológicos;
- v) por fim, o estímulo à difusão de informações tecnológicas.

A globalização impõe a necessidade de que as vantagens comparativas sejam construídas, caso se queira tornar atraente um país atrasado e que tenha possibilidades de realizar seu avanço com endogeneização do processo de geração e capacitação tecnológica.

Deve estar claro que esse é um processo cumulativo e específico de cada país, de forma que os arranjos institucionais são construídos dentro dessa especificidade, mas o sucesso do processo tecnológico nesse quadro de abertura comercial depende fundamentalmente da consolidação de arranjos institucionais adequados a esse processo, como ressalta Dosi, Pavitt & Soete (1991). Esses autores realçam que a distância da fronteira tecnológica demandam uma maior presença do Estado de modo a formular políticas para o fortalecimento da capacitação tecnológica de companhias domésticas e nas características de apropriabilidade das tecnologias correlatas, uma vez que esses aspectos podem funcionar como barreiras a entrada para *catching-up* de países e empresas.

4. INSERÇÃO EXTERNA E DESENVOLVIMENTO: CONDICIONANTES

Dada a importância da visão sistêmica da competitividade, discute-se de forma resumida duas questões relevantes: *catching-up* e ciclo do produto, nesse contexto analítico, com o objetivo de fazer uma breve apreciação do caso brasileiro. A partir daí aborda-se a mudança de estratégia de política econômica do governo desde a década de 70, destacando-se o papel das multinacionais e a realização de um programa de substituição de importações num momento de instabilidade econômica no plano internacional.

4.1. *Catching-up* e ciclo do produto: uma complementaridade possível?

Porcile (1989) destaca dois aspectos que devem estar no centro da discussão sobre crescimento econômico, tecnologia e inserção internacional. Em primeiro lugar deve ser considerado que o tradicional modelo de Heckscher-Ohlin, conforme foi demonstrado³ inclusive com evidência empírica via Índice de Grubell-Loyd, mostra-se insuficiente para explicar todas as nuances do comércio internacional. Assim, a idéia de diferentes dotações de fatores para justificar a possibilidade de comércio se tornou limitada a situações mais específicas. Ganham crescente importância as vantagens comparativas construídas, quando empresas e países vencem ou perdem na batalha competitiva através de processos de aprendizado, processos de acumulação de capacidades, principalmente as de cunho tecnológico (Dosi et alli, 1988; Porcile, 1989). Em segundo lugar, a capacidade de um país de ocupar espaço no comércio mundial e no seu

próprio mercado interno não tem influência apenas na alocação interna de fatores, mas também no nível de atividade e de emprego do país em análise. A perda de competitividade das firmas que operam em determinado setor, significará a diminuição do emprego e produção nesse espaço, e não uma realocação instantânea de recursos entre setores; certas inflexibilidades precisam ser consideradas. Dessa forma isso implica que o desempenho no comércio externo e a forma de padrão de especialização produtiva do país ficam fixados como consequência de vantagens absolutas intra-setoriais entre firmas e países e não por realocação intersetorial a partir de uma dada dotação de fatores

A abordagem do *catching-up* sugere que países atrasados podem realizar um elevado crescimento econômico via absorção de avanços tecnológicos já existentes em países próximos ou na fronteira tecnológica. Esse crescimento significaria, na realidade, a busca do fechamento do hiato tecnológico (Porcile, op.cit, p.98). Quando o progresso tecnológico se encontra incorporado nos bens de capital, taxas maiores de investimento nos países atrasados impulsionariam o processo de modernização da estrutura industrial. Nesse ponto deve ser enfatizado que a possibilidade de *catching-up* implica na capacidade de absorção das tecnologias geradas nos países situados na fronteira por parte dos países atrasados (Motta & Albuquerque, 1997). Entretanto, essa abordagem pouco esclarece sobre os processos de geração e difusão internacional de tecnologia.

Deste modo, poder-se-ia preencher essa lacuna com a Teoria do Ciclo do produto, o que não é possível, como se observa nos parágrafos seguintes.

A fronteira tecnológica está em constante movimento, fruto da efetivação contínua de novos paradigmas. Acontece que inovações radicais inauguram um novo

padrão tecnológico e, geralmente induzem a alterações na estrutura de mercado, pois deve ser lembrado que, nesse ponto, acontece a obsolescência das antigas vantagens competitivas, e outras novas surgem. Há aí uma ruptura dos processos de aprendizado e de outros fatores de cumulatividade que predominavam nos paradigmas anteriores (Possas, 1993, op.cit., p.97-98).

Um novo paradigma desperta para o caminho a ser percorrido por novas trajetórias tecnológicas e com isso, surge um conjunto de oportunidades. A medida que essas trajetórias prosperam, desenvolve-se o aproveitamento de suas alternativas de evolução e o seu esgotamento reflete, geralmente, as perspectivas lançadas por um novo paradigma.

No plano internacional deve ser observado que os novos paradigmas definem a abertura de janelas de oportunidade para países mais atrasados. A movimentação da fronteira tecnológica num momento de "ruptura" com velhos padrões cria o espaço para a quebra, o descongelamento de assimetrias internacionais. A teoria do ciclo do produto desenvolvida por Vernon (1979), porém, conforme deduz Perez (apud Possas, 1993, op.cit. p.98), contrapõe-se a idéia do *catching-up*, pois nesse último caso, a diminuição do gap tecnológico teria que ser alcançada não com base em tecnologias já difundidas em trajetórias, mas através da obtenção da capacidade para o desenvolvimento tecnológico endógeno. Não é isso que se pode concluir da teoria de Vernon sobre produtos industrializados sofisticados e tão bem sintetizada por Williamson (op.cit., p.68):

"Os produtos novos são desenvolvidos e produzidos primeiro nas economias avançadas, principalmente por duas ordens de fatores que se reforçam mutuamente: a demanda aparece primeiro onde as rendas são altas e os gostos sofisticados, e onde

o alto nível de qualificação técnica da mão-de-obra dá uma vantagem comparativa no desenvolvimento e na produção inicial, antes de ela ser reduzida a uma rotina. Posteriormente, a demanda difunde-se e é satisfeita inicialmente por exportações dos Estados Unidos. Todavia a demanda externa cresce e o processo de produção se torna cada vez mais padronizado, ficando cada vez mais vantajoso iniciar a produção no exterior".

Nesse ponto, o importante já não é mais mão de obra qualificada e o esforço de P&D.

Nesse contexto, quais as opções para os países atrasados? Uma resposta generalista seria de que assume importância, nesse quadro, o Sistema Nacional de Inovação e implicitamente a política industrial. Isso seria a forma do país endogeneizar o seu processo de desenvolvimento tecnológico.

Essa forma, no caso brasileiro, foi amortecida na década de 70. A alternativa de substituição de importações apresentou méritos inegáveis na montagem de vários setores industriais fundamentais ao processo de crescimento econômico do país, mas gerou duas circunstâncias difíceis de serem administradas a um só tempo: (i) a própria estratégia de substituição de importações, além de exigir a necessidade de maturação dos investimentos, também implica a absorção de tecnologias num nível mais defasado, conforme insinua a teoria do ciclo do produto. Disto resulta uma dificuldade implícita de reduzir o hiato tecnológico a médio prazo, até pela inexistência de um Sistema Nacional de Inovação consolidado no país; (ii) por outro lado, as crises do petróleo e a opção do II PND por um adiamento do necessário ajuste macroeconômico refletiram-se num maior grau de endividamento externo, crise fiscal e inflação. Estava pronta a receita para a década perdida.

4.2. Competitividade, substituição de importações e inserção externa: a visão de Franco

Nesse subitem e no seguinte faz-se a uma apreciação de um ensaio desenvolvido por Franco (op.cit.). Ter esse documento como referência se justifica por dois aspectos: (i) o autor é um forte formador de opinião, dada a sua respeitabilidade acadêmica e sua posição de destaque no Governo atual; (ii) seu ensaio se aproxima dos objetivos desse trabalho, não implicando concordância passiva com as opiniões do mesmo autor, o que será deixado claro.

O economista Gustavo Franco escreveu recentemente um ensaio com circulação substantiva nos meios acadêmicos, no qual desenvolve uma tese sobre as dificuldades de inserção externa do Brasil e as consequências disso sobre seu processo de desenvolvimento. Ressalta o papel negativo do processo de substituição de importações (SI) e a função estratégica das multinacionais e contesta a visão daqueles que acreditam que austeridade é sinônimo de recessão, ou ainda, que a inflação é um sub-produto necessário ao processo de desenvolvimento. Como inflação significa gerar um imposto inflacionário que recai preponderantemente sobre os pobres, o autor reafirma que não se pode pensar o desenvolvimento pleno dessa forma, e completa, dizendo que nada impede que se possa desenvolver o país com obediência a princípios básicos de equilíbrio fiscal e monetário.

Diversos estudos comprovam que o controle da inflação, ao diminuir o imposto inflacionário, permite que se melhore a distribuição da renda. Isto é um fato.

Outra tese rebatida por Franco diz respeito à idéia de que a abertura da economia seria uma ameaça ao desen-

volvimento, pois levaria a uma crise cambial ou condenaria o país a um crescimento medíocre, o único compatível com o equilíbrio cambial na presença de abertura e taxas de câmbio adequadas a contextos de baixa inflação.

O referido autor defende que o processo de abertura geraria um dinamismo tecnológico que iria definir um novo ciclo de crescimento. A defesa de uma maior abertura para gerar pressão competitiva poderia ser associada a uma maior proximidade com princípios neoschumpeterianos, contudo sabe-se, que não seria esse o caso, pois a forma de abertura mais próxima de princípios liberais não privilegiaria, por exemplo, a importância do desenvolvimento tecnológico endógeno.

Franco defende a relevância das transnacionais (ETNs), pois representam dois terços do comércio mundial. No caso brasileiro, destaca que trinta anos depois da guerra, de uma participação praticamente nula, representavam um terço do valor adicionado e do emprego industrial. No quadro do mercado exterior, as ETNs eram um canal de fuga do rígido esquema protecionista montado com o modelo de substituição de importações. Franco demonstra empiricamente que, de fato, a partir da década de 80, a propensão a exportar das empresas estrangeiras instaladas no país é significativamente maior do que a das nacionais.

Dá que a participação das exportações estrangeiras na pauta de exportações brasileiras supera os 40% já na década de 70, sem ter explicação pelas políticas locais, incentivos ou fatores macroeconômicos, conforme fica demonstrado em modelos de regressão.

Por outro lado, a Comissão Especial para Concessão de Benefícios Fiscais e Programa Especial de Exportação (BEFIEIX), programa de incentivo à exportação, instituído em 1972, representou uma demanda das próprias ETNs ao

governo brasileiro a fim de evitar um protecionismo indiscriminado.

Outro aspecto relevante nesse período é que o Brasil até, aproximadamente, 1990, apresenta uma mísera propensão a importar, o que representa um dado que explica, juntamente com os problemas macroeconômicos, a significativa perda de representatividade do país como receptor de investimento direto estrangeiro.

Franco (op.cit., p.10) entende que, além da instabilidade macroeconômica, o Brasil continuaria usando práticas comerciais e industriais ligadas à concepção pró-substituição de importações, buscando saldos comerciais positivos na Balança Comercial, o que levou circunstancialmente ao afastamento do investimento direto estrangeiro, além de gerar a falsa sensação na opinião pública de que essa variável representava um sinal de vigor na economia, quando era na verdade um sinal de fraqueza.

O autor mostra com números que o Brasil, até nas filiais das multinacionais, apresentava e apresenta um baixo grau de abertura. E, concluindo seu raciocínio, sintetiza: i) existiriam motivos exógenos a explicar a pujança das exportações brasileiras, independentemente de incentivos e política cambial agressiva; (ii) é natural que com estabilização macroeconômica e uma estrutura de políticas mais adequada ao processo de globalização aumente substancialmente o investimento direto global; (iii) ressalta que os novos investimentos serão realizados via novas formas de associação financeira e tecnológica, podendo haver uma subestimação nos números de investimentos diretos e do grau de internacionalização da economia brasileira; (iv) parte dos investimentos será realizada via aquisição de ativos existentes⁴.

A "década perdida" (anos 80) foi o retrato da exaustão de um modelo (SI), onde doses maiores de

política industrial e comercial apenas acentuariam a ineficiência industrial, deterioravam a competitividade, corroborados em taxas de crescimento da produtividade que, complementadas pelo quadro de inflação crônica, tudo indicava para uma piora na distribuição da renda. O maior envolvimento com o setor externo (propensão a exportar e penetração de importações) seria fator positivo na explicação da produtividade, por isso que a progressiva estagnação da produtividade na década de 80 seria um reflexo dos problemas inerentes ao esgotamento do modelo de SI, gerando uma tendência para auto suficiência.

O autor lembra que é amplamente reconhecido nos meios acadêmicos que o desenvolvimento para fora dos países do sudeste asiático, como é o caso da Coreia do Sul⁵, foi um fator bastante significativo para explicar a melhor performance daquelas nações nos anos 80 comparativamente a países como o Brasil.

Franco ressalta (op.cit., p.16) que a própria Teoria da Organização Industrial explicaria a relação entre abertura e produtividade a partir da seqüência analítica estrutura-conduta-desempenho⁶, onde a mudança da estrutura de mercado conduz a práticas benéficas ao aumento da eficiência. Isso significa que num mundo protegido os empresários não estariam dispostos a correr riscos. Quando a competição fica acirrada com a presença de empresas estrangeiras, o resultado lógico seria que investimento em tecnologia, qualidade e produtividade passasse a ser uma condição necessária para a própria sobrevivência. Conclui Franco:

"Vale destacar(...) que mudanças empresariais não se produzem a partir de ações voluntaristas, apelos cívicos, coordenação em foros negociais ou acordos com grandes empresas. Podem até se produzir se o governo põe a mão no bolso (do contri-

buinte) e induz, através de subsídios, as novas condutas que, espontaneamente, não ocorreriam. Se esta possibilidade não existe (foi típica do período mais dinâmico da SI), o que resta são políticas de natureza "horizontal" (em oposição as políticas "verticais" ou setoriais) cujo objetivo básico é modificar as estruturas de mercado e os padrões sistêmicos de competitividade, geralmente agrupados sob a rubrica 'custo Brasil'."

O crescimento da produtividade dependeria do ataque a muitas mazelas estruturais da economia arroladas no custo Brasil⁷ e na busca pelas reformas estruturais. Nesse contexto, Franco, recorre a uma citação de Krugman (1997, op.cit.):

"Se uma nação tem uma vantagem absoluta em termos de produtividade esses ajustamentos levarão este país a desfrutar de maiores salários e rendas. Grosso modo, os países podem ser competitivos seja na base de baixos salários e taxas de câmbio desvalorizadas, seja na base de elevados níveis absolutos de produtividade. Por essa razão, o sucesso das exportações em si ou mesmo um superávit comercial são medidas enganosas da competitividade nacional. A possibilidade de se competir no comércio internacional na base de altos níveis de produtividade e rendas elevadas é algo que se deve perseguir". (apud Franco, op.cit., p.26).

Esse autor utiliza essa citação para concluir que o crescimento via SI levaria o Brasil a basear sua competitividade progressivamente cada vez mais em baixos salários, taxas de câmbio sub-valorizadas e cada vez menores níveis de produtividade. Uma competitividade baseada em elementos espúrios.

4.3. Breves comentários à análise de Franco

A leitura das idéias de Franco (op.cit.) deixa preocupações evidentes, pois o autor mostra uma fé inabalável no papel a ser exercido pelas transnacionais no processo de desenvolvimento econômico brasileiro com o advento da globalização, ao tempo em que parece desprezar a importância das políticas industriais, baseado no suposto insucesso do programa de substituição de importações e na crença da força do mercado num país retardatário.

Poderia ser indagado se os países do sudeste asiático também não realizaram um esforço de substituição de importações, antes de entrarem em mares mais promissores? Acontece que, no caso brasileiro, o endividamento externo requerido para esse esforço foi extremamente agravado no II choque do petróleo (1979), o qual parece ter seu impacto menos destacado do que deveria nos estudos sobre o tema, em termos do incremento de preços do barril do petróleo. Esta infeliz coincidência abalou ainda mais a confiança no processo de SI, reforçada pela década perdida, marcada por alguns fracassos significativos, como foi o caso da Cobra Computadores Brasileiros, nas conhecidas parcerias: estatal-empresa transnacional-empresa nacional⁸.

O fechamento da economia no II PND tinha um caráter mais estratégico de política industrial, enquanto que na década de 80, período mais enfatizado por Franco, as restrições às importações surgiam por necessidades macroeconômicas de fechamento do balanço de pagamentos. Por outro lado, o forte incremento das exportações sentido logo no início daquela década, representativo da maturação dos investimentos do II PND, é esquecido pelo ex-Presidente do Banco Central (Erber, 1996). Os dados empíricos comprovam que as exportações brasileiras nas

décadas de 70 e primeira metade da década de 80 chegaram a representar 1,5% das importações mundiais, participação esta que foi reduzida para um valor menor que 1% no início dos anos 90 (Cassiolato & Erber, 1997, p.42).

Franco também esquece de registrar, algumas virtudes deixadas pelo processo de SI como toda infra-estrutura montada naquele período, inclusive a importante reestruturação na matriz energética brasileira, de inquestionável importância diante dos choques do petróleo, e a consolidação do importante pólo petroquímico de Camaçari-Bahia (Lages, op.cit)⁹.

Por outro lado, é relevante destacar certos dados sobre patentes de grandes empresas transnacionais atuantes no mercado norte-americano no período compreendido entre 1985-90. Naquele país, 98,9% das patentes de empresas japonesas tinham como origem o próprio Japão, enquanto 84,7% das patentes de empresas alemãs atuantes no mercado americano tinham sua origem na própria Alemanha. Isto quer dizer que as grandes empresas transnacionais continuam com estratégias marcadamente nacionais, quanto à geração de tecnologias. Só que 92,2% das patentes de empresas norte-americanas são oriundas do próprio Estados Unidos.. Isto reforça a necessidade dos Sistemas Nacionais de Inovação, desprezados na análise de Franco. Sobretudo quando se sabe que estudos recentes sobre a atividade de patenteamento no Brasil concluem por uma diminuição dos esforços nesse sentido no país, observando-se, outrossim, que o número de patentes concedidas a indivíduos e empresas domiciliadas no país continua sendo muitas vezes inferior àquelas concedidas a não-residentes (Lastres, 1997).

O estudo de Cassiolato & Erber (op.cit) classifica a abordagem de Franco, sintetizada acima, como a de um neo-liberalismo radical, enquanto caracteriza a postura dos

países da OCDE como mais próxima de uma agenda neo-desenvolvimentista; significando que:

“O mercado é apenas uma das formas pelas quais as sociedades capitalistas organizam suas relações econômicas; a perspectiva evolucionista, que enfatiza a natureza cumulativa, mas sujeita a rupturas, do processo de desenvolvimento, onde fatores institucionais desempenham um papel muito importante; as teses neo-schumpeterianas sobre a importância da inovação e difusão do progresso técnico, em termos nacionais e internacionais; a constatação que as vantagens comparativas internacionais são construídas, inclusive através de políticas deliberadas dos Estados nacionais e o reconhecimento da importância de contar-se com padrões de financiamento adequados à transformação da base produtiva” (Cassiolato & Erber, op.cit., p.36).

Essa caracterização define diferenças claras perante o discurso de Franco (op.cit.) e mostra que se os países da OCDE fizeram uma opção nítida por uma participação mais direta do Estado na economia, por que um país como o Brasil, que ainda não conseguiu consolidar um Sistema Nacional de Inovação, deveria seguir um rumo que o torne mais vulnerável?

5. CONCLUSÃO

Este trabalho fez uma ampla caracterização do fenômeno da globalização, procurando realçar as implicações desse processo sobre a economia brasileira no período recente.

A preocupação maior foi apresentar as dificuldades de inserção do país no processo de globalização a partir

do II PND e os instrumentos de política de governo e restrições, que se apresentam nesse novo contexto de concorrência global.

Da mesma forma, esse ensaio realçou as divergências que se colocam como preocupantes entre autores neo-desenvolvimentista e aqueles mais próximos de uma abordagem neo-liberal, aqui representado pelo professor Gustavo Franco.

Nesse quadro, fica claro a essencialidade da formulação de políticas industrial e tecnológica nos moldes neo-desenvolvimentista, consolidadoras de um Sistema Nacional de Inovação, o que não encontra eco no governo com base nas opiniões do ex-presidente do Banco Central.

Os dados empíricos sobre patentes evidenciam que não podem ser desprezadas as políticas industrial e tecnológica, sob o risco de um país retardatário não conseguir internalizar os benefícios resultantes da endogeneização do progresso tecnológico, os quais podem ser traduzidas em potencial melhoria nos indicadores de desenvolvimento econômico.

Estabilização macroeconômica representa uma importante vitória, mas não deve ser considerada como o fim da linha; inclusive porque nas experiências bem sucedidas de *catching-up* sempre coube ao Estado um papel mais relevante do que o que aparece na agenda neo-liberal.

6. NOTAS

¹ A análise do ambiente competitivo se baseia em Possas (1993).

² Uma demonstração de cooperação tecnológica, embora muito específica para a abrangência da abordagem pretendida no texto, mas

que exemplifica bem essa relação empresa e centros de pesquisa, pode ser observada pelo papel exercido pelo Centro Tecnológico da Copersucar no setor sucro-alcooleiro brasileiro (Lages, 1993).

³ Krugman (1981) destacou-se entre os autores do mainstream ao demonstrar modelisticamente as insuficiências do tradicional modelo de comércio internacional, introduzindo uma abordagem complementar com espaço para imperfeições da concorrência, diferenciação de produto e economias de escala, mais apropriada para avaliação do comércio de produtos industrializados entre países com dotações de fatores semelhantes, denominado comércio intraindustrial (cf. Williamson, 1989).

⁴ Reportagem de conhecida revista de negócios demonstra que em 1997 mais de 200 companhias nacionais passaram ao controle de empresas estrangeiras num somatório de operações que atingiram em torno de 13 bilhões de dólares (*Exame*, fevereiro de 1998).

⁵ Na conjuntura atual, a Coréia do Sul ainda vive as sobras da crise asiática. Especialistas dizem que já haviam sinais de problemas naquele país que o tornaram e o tornam mais frágil as questões inerentes ao amadurecimento do processo de globalização, isso em função de *problemas políticos* com repercussões econômicas, havendo distorções na forma de intervenção do Estado na economia, em sua política industrial inclusive (cf. Teixeira, 1998; Quadros, 1998 e Krugman, 1997).

⁶ Essa concepção não pode, obviamente, ser conjugada aos princípios neo-schumpeterianos, dada a incompatibilidade com a E.C.D.

⁷ Essa preocupação com a abordagem sistêmica pode ser observada em Vilela & Suzigan (1996).

⁸ Um ex-diretor, em entrevista pessoal ao autor, na justificativa do fracasso da Cobra Computadores, cita que a empresa internacional entrou na parceria com uma tecnologia descartável em relação a matriz e não demonstrou interesse em aumentar em valor absoluto sua participação acionária por não poder ter o controle da organização e por estar trabalhando com uma tecnologia pouco adequada aos objetivos da empresa brasileira (entrevista com o professor Arlindo Martins, em 12 de março de 1998).

⁹ O Proálcool também exerceu um papel relevante nesse período ao permitir um amortecimento na demanda por gasolina, podendo ser ofertado relativamente maiores frações de nafta. Esse aspecto teve implicações positivas para a expansão do setor petroquímico brasileiro.

7. BIBLIOGRAFIA

- BAUMANN, Renato. Uma Visão Econômica da Globalização. in BAUMAN, Renato, Organizador. O Brasil e a Economia Global, Rio de Janeiro, SOBEET/ Ed. Campus, 1996, pp. 33-51.
- DOSI, G. & PAVITT, K. & SOETE, L. The Economics of Technical Change and International Trade, New York, HARVESTER/WHEATSHEAF, s.d., pp. 237-270.
- ERBER, Fábio S. & CASSIOLATO, José Eduardo. Política Industrial : Teoria e Prática no Brasil e na OCDE, Revista de Economia Política v. 17, nº 2(66), abril-junho/1997, pp. 32-60.
- ERBER, Fábio S. O Mito da Travessia e a Retórica do Governo, Boletim de Conjuntura, IE/UFRJ, v. 16 nº 3, 1996, pp. 67-73.
- FRANCO, Gustavo H B. A Inserção Externa e o Desenvolvimento, s.d. (mimeog).
- FUNDAP. Indicadores IESP, São Paulo. 4(50) abr. 1996, 44p.
- KRUGMAN, Paul. Internacionalismo Pop. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1997(A), 213p.
- KRUGMAN, Paul. Intraindustry Trade and the Gains from Trade, Journal of Political Economy, outubro, 1981
- LAGES, André Maia Gomes. A Diferenciação Tecnológica na Indústria Sucro-Alcooleira do Brasil, Dissertação de Mestrado, CME/PIMES/UFPE, Recife, 1993, 199p
- LASTRES, Helena M. M. Globalização e o Papel das Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, 1997 (mimeog)
- MAZZALI, Leonel & COSTA, Vera. As Formas de Organização "em rede": Configuração e Instrumento de análise dinâmica industrial. Revista de Economia Política, v. 17(4), 1997, pp. 121-139.
- MOTTA e ALBUQUERQUE, Eduardo da. Notas Sobre os Determinantes Tecnológicos do Catching Up: Uma Introdução à Discussão Sobre o Papel dos Sistemas Nacionais de Inovação na Periféria. Estudos Econômicos, v. 27(2), 1997, pp.221-253.
- NELSON, Richard R. Recent Evolutionary Theorizing About Economic

- Change. Journal of Economic Literature, v. XXXIII, 1995, pp. 48-90.
- PORCILE, G. Tecnologia, Transformação e Comércio Internacional: Uma Revisão das Contribuições Neoschumpeterianas, com particular referência às economias da América Latina, Dissertação de Mestrado, IE/UNICAMP, Campinas, 1989.
- POSSAS, Mário. Competitividade: Fatores Sistêmicos e Política Industrial – implicações para o caso brasileiro in CASTRO, Antônio Barros de. et Alii (org) Estratégias Empresariais na Indústria Brasileira. Discutindo Mudanças, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1996, pp.71-117.
- POSSAS, Mario. Em Direção a um Paradigma Microdinâmico: A Abordagem Neo-schumpeteriana. in AMADEO, Edward(org) Ensaio Sobre Economia Política Moderna, São Paulo, Marco Zero, 1989, pp. 157-177.
- POSSAS, Maria Silvia. Concorrência e Competitividade. Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, Campinas, 1993, 232p.
- POSSAS, Sílvia. A Globalização e a Concorrência. Anais do XXV Encontro Nacional de Economia(ANPEC), Recife, v. 3, 1997, pp. 1900-1917.
- SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- QUADROS, Salomão. Ásia: Parada para Arrumação ou Fim de Linha? Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v. 52(2) 1998, pp. 39-41
- TEIXEIRA, Ib. Um Brasil Nascendo na Ásia. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v. 52 (1) 1998, pp.5-6.
- VERNON, Raymond. Investimento Externo e Comércio Internacional no Ciclo do Produto in MALAN, Pedro S. et Alii. Economia Internacional, São Paulo, Ed. Saraiva., 1979, pp. 89-107.
- VILLELA, Anibal V. & SUZIGAN, Wilson. Elementos para Discussão de uma Política Industrial para o Brasil, Texto para Discussão nº 421, 1996.
- WILLIAMSON, John. A Economia Aberta e a Economia Mundial, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1989, 394p.